



6 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 20 de junho de 2023

Bolsas		Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,93%	0,32%	119.069	R\$ 4,775 (-0,92%)	R\$ 1.320	R\$ 5,215	13,65%	13,64%	
São Paulo	Nova York	14/6 15/6 16/6 19/6	13/junho 14/junho 15/junho 16/junho	4,862 4,807 4,802 4,819				Janeiro/2023 0,53 Fevereiro/2023 0,84 Março/2023 0,71 Abril/2023 0,61 Maio/2023 0,23

**SEMINÁRIO/** Evento que será realizado pelo jornal, na tarde de hoje, procura aprofundar a discussão dos impactos da mudança do atual sistema de impostos, que é muito complexo, tanto na economia quanto no emprego da população

# Reforma tributária e indústria em debate

» FERNANDA STRICKLAND

Ed Alves/CB/D.A Press



O presidente da República em exercício e ministro da Indústria, Desenvolvimento, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, estará na abertura do debate

A complexidade dos regimes tributários no Brasil ainda é uma questão controversa e dificulta o crescimento da economia. Nos últimos anos, as empresas começaram a utilizar o Microempreendedor Individual (MEI) e o Simples Nacional como ferramentas importantes para simplificar e reduzir a carga tributária de pequenas empresas e estimular a formalização do emprego. Para detalhar os efeitos das alterações que ocorrerão com a reforma tributária que está sendo discutida no Congresso Nacional, que tem como base a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, o **Correio Braziliense** e o Conselho Nacional do Sesi (CN-Sesi) realizam, hoje, à partir das 14h, o evento **Correio Debate: Reforma Tributária e a Indústria**.

Para o economista, professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e pesquisador do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) da Universidade de Lisboa, José Roberto Afonso, dependendo de como a proposta da reforma for desenhada, o MEI e o Simples Nacional, pode gerar desequilíbrios, tanto no mercado de trabalho quanto na produtividade.

Em um artigo recente, Afonso, um dos autores da Lei de Responsabilidade Fiscal, apontou que nas comparações do Simples com regimes internacionais muitas análises são imprecisas. Segundo ele, no caso das contribuições previdenciárias e seu impacto sobre o sistema de proteção social, parte da redução observada recentemente aconteceu entre profissionais de maiores rendimentos, por estímulo dos contratantes, visando à redução de custos. "Em 2021, apenas 4,3% dos contribuintes empregados recebiam acima de sete pisos

(salariais), ou seja, acima do teto previdenciário", disse. Para o especialista, que participará do evento de forma virtual, falando no painel sobre desafios e oportunidades do mercado de trabalho, a origem dos problemas não pode ser creditada ao Simples.

## Participantes

Para aprofundar a discussão em torno da carga tributária atual, que recai mais sobre a indústria, o seminário contará com especialistas e autoridades públicas para abordar a temática de forma detalhada. Estão confirmadas as presenças do presidente da

República em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Com mediação dos jornalistas do **Correio** Vicente Nunes e Denise Rothenburg, a programação será composta por três painéis. O primeiro painel vai debater "Como a reforma tributária pode contribuir para a reindustrialização do Brasil". O segundo, tratará do tema: "Emprego, renda e tributação na indústria". E, o terceiro painel

vai detalhar "A tributação e a nova economia: desafios e oportunidades no mercado de trabalho".

Entre os demais palestrantes, destacam-se o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), presidente do Grupo de Trabalho da Câmara sobre reforma tributária; a secretária de Competitividade e Política Regulatória do Mdic, Andrea Macera; o economista professor da Universidade de Brasília (UnB), José Luis Oreiro; o analista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Altair Garcia; e o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre.

Na avaliação de Altair Garcia, o evento é importante por vários motivos, como retomar, ampliar e fortalecer espaços de diálogo sobre temas que afetam toda a sociedade. "Além de propiciar um canal privilegiado para discutir essa temática sob a ótica da indústria e seus possíveis desdobramentos no investimento, na recuperação da produção, no emprego decente, no crescimento e no desenvolvimento econômico", afirmou. Ele acredita que a proposta deve ser votada "em breve".

O seminário poderá ser acompanhado presencialmente ou pelas redes sociais do **Correio**.

## Programação

Confira os temas dos painéis e os participantes que confirmaram a presença no **Correio Debate: Reforma Tributária e a Indústria**

### ABERTURA

- » Geraldo Alckmin, presidente da República em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
- » Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados
- » Wagner Freitas de Moraes, presidente do Conselho Nacional do Sesi (CNSESI)

### PAINEL 1

**Como a reforma tributária pode contribuir para a reindustrialização do Brasil**

- » Mario Sergio, gerente executivo de economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- » Aguinaldo Ribeiro, Deputado relator da Reforma Tributária na Câmara
- » Reginaldo Lopes, Deputado e chefe do Grupo de Trabalho sobre Reforma Tributária
- » Uallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial MDIC

### PAINEL 2

**Emprego, renda e tributação na indústria**

- » José Luis Oreiro, economista e professor da Universidade de Brasília (UnB)
- » Altair Garcia, analista do Dieese, mestre e doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia-Unicamp
- » Bernard Appy, secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda
- » Andrea Macera, secretária de Competitividade e Política Regulatória do MDIC

### PAINEL 3

**A tributação e a nova economia: desafios e oportunidades no mercado de trabalho**

- » Sérgio Nobre, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- » Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da Ryo Asset, ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI)
- » José Roberto Afonso, economista, professor do IDP e pesquisador do CAPP/ Universidade de Lisboa

### ENCERRAMENTO

**O Congresso e a importância da reforma tributária**

- » Wagner Freitas de Moraes, presidente do Conselho Nacional do Sesi

# Simplificar melhora a competitividade

» HENRIQUE FREGONASSE\*

O presidente do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (CN-Sesi), Wagner Freitas, ressaltou a importância da reforma tributária para a reindustrialização do parque produtivo nacional e o aumento da produtividade do país. Em entrevista ao **CB.Poder** — parceria entre **Correio** e TV Brasília, ontem, ele chamou atenção, ainda, para o **Correio Debate**, que será realizado hoje, em parceria com o CN-Sesi. Freitas participará da abertura e fará o encerramento do evento que terá presença do presidente da República em exercício e Ministro da Indústria, Desenvolvimento, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para falar sobre reforma tributária.

O executivo lembrou que a reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional, baseada na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, tem como objetivo simplificar os impostos que incidem mais sobre

o consumo e o setor produtivo, e, assim garantir maior competitividade às indústrias brasileiras no mercado internacional, com a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), mesmo dual. Para Freitas, a medida conversa com outras práticas tomadas pelo governo atual e que têm gerado "inquestionáveis avanços econômicos para o Brasil".

O presidente do Conselho Nacional do Sesi trouxe uma leitura da reforma, dividindo-a em duas partes. A primeira consiste na simplificação do modelo tributário por meio da aprovação da PEC 45/2019, e seria, segundo ele, a mais "fácil" de se executar. Já a segunda consistiria na tributação da renda e da propriedade, como vem sinalizando a equipe econômica, invertendo a atual prática do Brasil, onde se tributa mais o trabalho e a produção, em vez da renda e das grandes fortunas.

Na avaliação de Freitas, um novo sistema que simplifique o emaranhado de impostos que afugenta os investidores traria maior facilidade para o dia a dia das

Mariana Lins/CB/D.A Press



Wagner Freitas: Copom deve ter integrantes que entendam o empresário

empresas. "Às vezes, o empresário tem muita dificuldade para acompanhar essa quantidade de impostos que temos no Brasil, e acaba sendo necessário criar grandes estruturas dentro da empresa para acompanhar esse emaranhado tributário. Então, o que está se fazendo é uma simplificação", explicou. Para ele, a reforma vai acabar com o que ele chamou de "disputa entre estados", o que "simplificar e controlaria a corrupção, enquanto gera mais condições de ter-se uma tributação efetivamente voltando para o interesse da sociedade".

## Oxigenação

Durante os três blocos do programa, Freitas, que sempre foi sindicalista da área de bancos, defendeu uma oxigenação do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central. Ele fez um apelo

para que o Copom inclua na diretoria pessoas que entendam a indústria de produção e a classe operária. Para ele, essa mudança poderia resultar no que ele chamou de "oxigenação" de visões, para evitar que as decisões sejam "tão monolíticas" e dominadas pelo setor financeiro. Para ele, uma diversidade maior de opiniões seria positiva no colegiado, apesar do risco político na autoridade monetária, que conquistou a autonomia em 2021. "A vida não é feita só de tecnicidade", disse. Na avaliação dele, a diversificação de visões dentro do comitê contribuiria para a diminuição de decisões equivocadas.

O Copom se reúne hoje e amanhã, na quarta reunião do ano, e, para Freitas, o colegiado está demonstrando muito para baixar a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,75% ao ano. "Não há justificativas para que um país, cuja inflação se mantenha estabilizada em torno de 4,5% a 5%, tenha uma taxa de juros de 13,75%", afirmou.

\*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel